Editorial: Da denúncia ao anúncio: caminhos para o trabalho com a educação e a linguagem para as próximas décadas

Editorial: From denunciation to advertisement: ways to work with education and language for the next decades

O desafio de organizar o dossiê **Da denúncia ao anúncio: caminhos para o trabalho com a educação e a linguagem para as próximas décadas** certamente não se apresenta na tessitura de uma síntese dos 9 textos que agora vêm à público, explicitando todo o esforço e empenho dos autores em organizarem suas ideias, mas na proposta mesmo a que nos lançamos: reunir trabalhos que discutissem a educação e a linguagem, em suas várias dimensões, sob o signo do direito à palavra, em celebração ao centenário de Paulo Freire. Se isso causa algum tipo de estranhamento, a princípio, argumentamos que o desafio se revela pelo contexto político que atravessamos no nosso país, quando é quase proibido falar o nome do nosso Patrono da #ducação.

Paulo Freire anunciava, há mais de 40 anos, uma educação libertadora e crítica, na qual mais do que escrever e ler a “asa é da ave”, *os alfabetizando necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de escrever a sua vida, o de ler a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos*” (FREIRE, 1976, p. 19, grifamos). Ou seja, é a conquista da própria palavra. Por isso mesmo, os processos formativos não podem ficar alheios à atividade produtiva e à cultura do povo. Assim, ao abrimos a apresentação deste número da **Sapiens**, em um momento contraditório, do centenário freireano, mas também da tentativa de um “segundo exílio” por parte de muitos daqueles que dirigem o país hoje, abrimos também a possibilidade de manter seu pensamento vivo; de reforçar a urgência de uma educação pautada no diálogo e na pergunta, na consciência e na crítica, na leitura do mundo e da palavra.

Isto posto, o conteúdo deste Dossiê compõe-se de diferentes artigos, que discutem desde a produção de textos no processo de alfabetização, até o trabalho com a literatura no ensino médio, passando por temas como a formação de professores, a constituição da subjetividade dos sujeitos pela linguagem, dislexia, leitura, direito à educação em tempos de pandemia, práticas de leitura e escrita na educação infantil, BNCC e livro didático.

No texto de Ana Caroline de Almeida, a exposição e análise crítica de eventos de alfabetização envolvendo produção de textos evidencia o longo caminho que a escola ainda precisa percorrer tanto no que se refere à concepção quanto à metodologia do trabalho com textos na escola. O artigo, que é fruto da tese de doutorado da autora, busca responder ao questionamento sobre os papéis que assumem as professoras e alunos nas interações durante os eventos de escrita em turmas de alfabetização. Nesse sentido, são analisados eventos de escrita que evidenciam as contradições presentes entre o que diz nos documentos oficiais sobre a perspectiva discursiva de trabalho com os gêneros textuais e a permanência da perspectiva estruturalista que ainda rege o trabalho com os textos, na escola. Sob a metodologia de estudo de caso etnográfico, cuja observação participante mostrou-se um elemento fundamental na relação pesquisador-professoras-alunos, o texto “Como (não) artificializar o uso da língua na escola: comparando os casos de duas turmas de alfabetização” evidencia a importância do trabalho com a linguagem sob a perspectiva das situações – reais – de interação, e dos gêneros textuais não como uma categoria formal, mas como prática social de linguagem, articulando forma, conteúdo, intencionalidade comunicativa e, principalmente, a reflexão produtiva sobre os textos que são escritos pelas crianças.

O artigo de Ana Paula Martins Correa Bovo, imbuído não somente da temática freireana de denúncia e anúncio, como também de uma forma de escrita que lança mão das metáforas férteis, nos brinda com uma reflexão sobre a formação do professor, sua autoria – ou autonomia – e a práxis docente, que se faz em um caminho de relações com redes colaborativas. Ao professor e à professora, que são sementes e semeadores, cabem um papel de protagonismo no processo de construção de sua práxis, que é a tessitura de elementos concretos: a escola, os materiais didáticos, as diretrizes de ensino, de metodologias e concepções teóricas que dão forma ao trabalho com a linguagem; e de elementos simbólicos: o afeto, o diálogo e intencionalidade emancipatória que devem estar imbricadas em sua (permanente) formação. O texto, intitulado “O caminho se faz ao caminhar: sonhar-se fruto, despertar-se semente, tornar-se travessia”, ao utilizar-se do conceito de comunidades de aprendizagem docente, nos apresenta caminhos para uma formação docente que valorize a produção crítica e autônoma de docentes capazes de questionar não só sua prática, como também a literatura da área e, mais do que isso, de se construírem, a partir da postura crítico-reflexiva, como agentes de letramento, que mobilizam, em sua prática, o cotidiano, a cultura e os sentidos produzidos nos territórios onde atuam.

Em “A formação do sujeito mediada pela linguagem no contexto escolar”, Elvis Rezende Messias e Ana Paula Ferreira apropriam-se das reflexões sobre a contradição oprimido x opressor e da categoria do Ser-mais para deslindar a complexidade da escola como espaço de disputa, *locus* não neutro de construção de uma linguagem emancipadora, porém, marcadamente cindida entre dois tipos bem marcados de discursos hegemônicos: o assujeitamento e a libertação. Para isso, os autores apresentam as características da escola sob a égide da modernidade e da contemporaneidade, sobretudo, a partir da ótica da educação como fenômeno antropológico, que é histórico, político e permeado pela divisão entre classe. Assim, os autores se utilizam da noção de capital linguístico inserido no poder simbólico da linguagem como chaves metodológicas para se tratar questões de língua e linguagem na escola, de forma que o horizonte do trabalho na escola vise a desnudar as contradições de classe e, por meio do diálogo, denunciar e anunciar outras formas de relação entre as pessoas que sejam orientadas para a construção da humanização, condição *sine qua non* do *ser mais* Freireano.

É com olhar sensível às necessidades de crianças com dislexia que Fernanda Bevilaqua Costa apresenta o artigo intitulado “O papel da equipe multidisciplinar no Diagnóstico e Intervenção precoce de crianças disléxicas”, no qual destaca que a ausência de diagnóstico e, conseqüentemente, a falta de intervenção pode comprometer o processo de ensino e de aprendizagem, gerando impactos emocionais e até o fracasso escolar. Por outro lado, o estudo realizado por meio de entrevistas semiestruturada, com um psicólogo, uma psicopedagoga e uma fonoaudióloga revela que a atuação da família, aliada ao trabalho dessa equipe multidisciplinar é capaz de minimizar as dificuldades de leitura e escrita, conferindo à criança o direito de se apropriar da cultura escrita em uma escola que reconhece a diversidade, e propõe a inclusão estruturada como garantia da dignidade imprescindível à formação humana.

A temática da leitura também se faz presente no texto de Janaína Vieira e Cátia Martins que, inspiradas em Paulo Freire, discutem os efeitos da leitura acrítica e crítica no processo de alfabetização e refletem sobre o legado do educador durante parte de sua atuação no contexto da educação de adultos. No artigo “Leitura: uma busca por libertação”, as autoras buscam compreender ações que impulsionam a leitura da palavra e do mundo. O objetivo é aliar as concepções apresentadas por Freire a teorias capazes de potencializar outras pesquisas e ações visando à formação leitora crítica como elemento primordial na pauta de todo educador. Assim como Paulo Freire ensina que teoria e prática são inseparáveis, pois se constituem na práxis que

possibilita ao sujeito refletir sobre sua ação, as autoras vislumbram que, a partir das reflexões tecidas, as práticas em sala de aula instiguem os educandos a buscar novos horizontes e proporcionem a tão desejada educação para liberdade e transformação.

No texto em que compartilham a autoria Joane Marieli Pereira Caetano, Adriene Ferreira de Mello e Carlos Henrique Medeiros de Souza, intitulado “Desdobramentos da BNCC no livro didático: (des)caminhos para o estudo da Semântica nas práticas de Análise Linguística”, os autores problematizam a prática de análise linguística, a partir das implicações da BNCC na produção dos livros didáticos. Há um pressuposto de que as orientações normatizadas pela homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), trouxeram mudanças pela tentativa de padronização do que o documento denomina como “aprendizagens essenciais” e isso impacta no livro didático, já que o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) apresenta indicações alicerçadas na BNCC. A pesquisa destacou a urgência das reformulações para o estudo da Semântica em sala de aula, principalmente no que diz respeito ao espaço concedido para tal abordagem linguística e à qualidade das atividades didáticas propostas.

Em “Alfabetização e Letramento: o que dizem as pesquisas de pós-graduação sobre as práticas de leitura e escrita na educação infantil?”, Magda Dezotti, Juliana dos Santos Alves e Katia Jacinto de Oliveira apresentam resultados de uma pesquisa, de cunho exploratório-descritivo, que problematizou as práticas de se “alfabetizar” e “letrar” na Educação Infantil, compreendendo que estes são conceitos distintos, porém indissociáveis. Os resultados apontaram que o tema ainda é pouco estudado e o modo como estes conceitos são mobilizados na prática ainda são bastante distintos. Contudo, as autoras reforçam “a importância de os docentes entenderem os conceitos e objetivos da alfabetização e do letramento ou simplesmente da alfabetização crítica” nos termos freireanos, proporcionando experiências lúdicas e enriquecedoras com a cultura do escrito nessa fase da escolarização. Experiências, nas quais, todas as crianças sejam respeitadas como tal e, ao mesmo tempo, despertadas para novos aprendizados no universo da leitura e da escrita.

Se no artigo anterior as pesquisadoras abordam práticas de leitura e escrita na Educação Infantil e revelam a ênfase nas experiências lúdicas, é evidente que tais experiências incluem a leitura literária que perpassa da primeira até a última etapa de Educação Básica. É com este tema que Rosana Meira Lima de Souza propõe reflexões que são frutos de uma pesquisa mais ampla que problematiza sobre o ensino da leitura literária no Ensino Médio. No artigo “O que

a Política de Currículo do Estado de Pernambuco reserva para a formação do leitor literário no contexto da Nova Gestão Pública?”, a pesquisadora aborda as relações entre a ênfase no conceito de letramento literário assumida pelo documento curricular do Estado de Pernambuco e os interesses mais gerais da gestão pública em sua elaboração. A análise demonstra que as diretrizes metodológicas voltadas para o ensino da leitura literária estão ancoradas nas discussões acadêmicas sobre o tema, entretanto, os interesses da chamada *Nova Gestão Pública* conseguem imprimir um padrão de funcionamento pragmático e de caráter utilitarista. Diante disso, a autora reflete sobre o espaço da literatura nessa dinâmica e alerta para o fato de que o estudo da arena de negociações na qual se insere o ensino da leitura literária nos currículos precisa cada vez mais ser objeto de pesquisa porque *tem muito a nos dizer sobre o respeito ao direito dos sujeitos de terem acesso a uma formação baseada na construção de uma identidade aberta, em evolução e não excludente*.

Sabrina Alves Boldrini Cabral e Thatiane Santos Ruas abordam um tema bastante atual no artigo “O direito à educação em tempos de pandemia da COVID – 19: acessibilidade, disponibilidade e adaptabilidade ao ensino remoto”. Resultado de estudos teóricos desenvolvidos na disciplina de Direito, Educação e Cidadania do programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais, o trabalho discute desafios postos à Educação Básica frente aos impactos causados pela pandemia de COVID -19. A autora aponta para as contradições presentes nos decretos e pareceres que autorizam e regulamentam o Ensino Remoto Emergencial e os desafios enfrentados pelas escolas públicas de Educação Básica em relação à acessibilidade, disponibilidade e adaptabilidade ao ensino remoto e ressalta que o retorno às salas de aula das escolas, respeite, primeiramente, a segurança de um direito maior: “o direito à vida”.

Por fim, agradecemos aos autores, aos revisores, aos pareceristas e aos integrantes do corpo editorial que contribuíram para a construção deste volume que temos a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica, adensando as ações e os eventos comemorativos ao Centenário Paulo Freire, promovidos durante Ciclo de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais da UEMG. Se o atual mandatário da nação declarou em seu plano de governo o objetivo de “expurgar” seu nome do contexto educacional brasileiro, com este dossiê nos juntamos às múltiplas vozes do Coletivo Paulo Freire – MG e de todos os pesquisadores do Brasil e do exterior que acreditam nos ideais que moveram o educador e reafirmamos nosso

desejo de um projeto de nação que considera a educação como um dos agentes na luta para transformar o mundo em um lugar mais justo e igualitário.

Desejamos uma ótima leitura!

Dr^a Magda Dezotti - UEMG

M.Sc. Gabriel Teodoro Gomes - UEMG

Dr^a Ana Caroline de Almeida – IFRJ

Agosto de 2021